

Marina Simone Dias

e M BUSCA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE BRINCAR: UM ESTUDO DAS INFÂNCIAS CONTEMPORÂNEAS NA CIDADE DE VITÓRIA-ES

102

pós-

¹ É importante pontuar que utilizamos o termo “grandes cidades” para abarcar tanto as cidades “médias”, quanto as “grandes” e as “metrópoles”, caracterizadas por problemáticas socioespaciais semelhantes. Segundo dados do IBGE (2010), cerca de 50% da população brasileira vive em cidades com mais de 100 mil habitantes.

RESUMO

Este artigo é parte da pesquisa de pós-doutorado “*Espaços lúdicos infantis: de Barcelona/Espanha a Vitória/Brasil (PPGAU-UFES, 2015-2016)*”, cujo estudo de campo desenvolvido em Vitória - ES constitui sua base empírica. O pensamento crítico aqui exposto se constrói a partir da articulação entre campos do conhecimento adjacentes à Arquitetura e Urbanismo, como planejamento urbano, cultura urbana, educação e sociologia da infância. O trabalho se aproxima do objeto real - os sujeitos-crianças - através da infância de Vitória - ES usuária dos seus espaços lúdicos. Na inter-relação entre cidade contemporânea e infância urbana, o objetivo é introduzir algumas perspectivas acerca do lugar da criança na cidade: no espaço e na sociedade. Mais especificamente, busca-se construir uma leitura transdisciplinar para entender o potencial dos espaços públicos das grandes cidades brasileiras¹, as dinâmicas sociais e práticas infantis sobre a cidade, e o real papel que desempenham no desenvolvimento da infância, na sua sociabilidade e construção da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE

Espaço público. Espaço lúdico. Infância. Cidadania. Vitória - ES.

DOI: [HTTP://DX.DOI.ORG/10.11606/ISSN.2317-2762.v25i45p102-117](http://dx.doi.org/10.11606/ISSN.2317-2762.v25i45p102-117)

Pós, Rev. Programa Pós-Grad. Arq. Urban. FAUUSP. São Paulo, v. 25, n. 45, p. 102-117, jan-abr 2018

IN SEARCH OF PUBLIC SPACES FOR
PLAYING: A STUDY OF
CONTEMPORARY CHILDHOODS IN
THE CITY OF VITÓRIA-ES

ABSTRACT

¹ It is important to note that we use the term “large cities” to cover both “medium”, “large” and “metropolitan” cities, characterized by similar socio-spatial problems. According to data from IBGE (2010), about 50% of the Brazilian population lives in cities with more than 100 thousand inhabitants.

This article is part of the postdoctoral research “*Children’s playful spaces: from Barcelona/Spain to Vitória/Brazil (PPGAU-UFES, 2015-2016)*”, whose field study developed in Vitória - ES constitutes its empirical basis. The critical thinking here exposed is developed by interrelating fields of knowledge adjacent to Architecture and Urbanism, such as urban planning, urban culture, education and the sociology of childhood. The work approaches the real object - the subjects-children - through the childhood in Vitória - ES, using its playful spaces. In the interrelation between contemporary city and urban childhood, the objective is to introduce some perspectives about the place of the child in the city: in space and in society. More specifically, it seeks to construct a transdisciplinary reading to understand the potential of the public spaces of the large Brazilian cities, the social dynamics and children’s practices about the city, and the real role it plays in the development of childhood, in its sociability and construction of citizenship.

KEYWORDS

Public space. Playful space. Childhood. Citizenship. Vitória - ES.

I. INFÂNCIAS URBANAS CONTEMPORÂNEAS

A infância como objeto de estudo historiográfico é relativamente recente: seu conceito como um artefato sociocultural, tal como o conhecemos atualmente, não existia até o fim da Idade Média, sendo uma invenção da modernidade, decorrência da constituição de instâncias públicas de socialização (POSTMAN, 1999). Segundo Philippe Ariès (1981), o “sentimento da infância” inexistia até o começo da modernidade, firmando-se no contexto das transformações objetivas e subjetivas que coincidiram com o individualismo moderno.

Na construção dessa sociedade, ocorreu uma progressiva “institucionalização educativa da infância”, proporcionada pelo Estado como forma de separação formal, proteção intergeracional e combate à ociosidade, com uma epistemologia, uma ideologia, um saber homogeneizado, uma ética e uma disciplina mental e corporal inculcados (SARMENTO; CERISARA, 2004). Desde então, a função educadora é delegada prioritariamente às instituições escolares - tendência que merece ser reconsiderada, uma vez que, em acordo com o pensamento crítico de Michel Foucault (1993), estas correspondem à institucionalização histórica de processos de “disciplinamento” da infância, de “adestramento” do futuro adulto, com propósitos educativos inerentes à manutenção da ordem social dominante.

Se antes ela podia conviver e adquirir conhecimento a partir das relações com outros nos espaços urbanos, passou por um processo gradual de exclusão de esferas sociais, como o trabalho, o convívio com adultos externos ao círculo familiar ou a participação na vida política e comunitária. Com a especialização dos papéis da família e da nova instituição educacional, a criança tornou-se “indivíduo”, cujo papel progressivamente se explicita e se especializa como peça de reposição à espera de ser incorporada à engrenagem do modo de vida socioeconômico contemporâneo.

Ao mesmo tempo que a modernidade introduziu a escola como condição de acesso à cidadania, realizou um trabalho de separação das crianças do espaço público. As crianças são vistas como os cidadãos do futuro, mas no presente, encontram-se afastadas do convívio colectivo, salvo no contexto escolar, e resguardadas pelas famílias da presença plena na vida em sociedade (SARMENTO; FERNANDES; TOMÁS, 2007, p. 188).

Ao abordar a infância a partir de uma perspectiva sociológica, vale salientar que é entendida não somente como um período da vida do ser humano, mas como *infâncias*, visto que na realidade se trata de mundos socioculturais múltiplos, plurais e diversos, com valores próprios, e que assumem traços distintos em diferentes contextos, inclusive no seu modo de vida e de vivenciar e apropriar-se dos espaços.

Segundo a análise de Bauman (2001), no século XXI ocorre uma inversão do papel histórico da cidade. A guerra contra a insegurança, riscos e perigos, contra o sentimento de “medo”, está presente no coração das cidades. Nossa sociedade vê a cidade através do filtro da “cultura do medo” - criada por interesses políticos e econômicos, e apoiada pelos meios de comunicação de massa - que, mais que uma dimensão concreta, é uma prática discursiva. Nossa vida pós-industrial, urbana e capitalista gera isolamentos que precisam de justificativas. Uma delas é a violência, o medo do outro, posto como algo

insolvente (DEBORTOLI; MARTINS; MARTINS, 2008). A reafirmação cotidiana desta cultura produz sentimentos ambíguos em relação à cidade, que cultiva o individualismo, o hedonismo e o consumismo, em detrimento das interações sociais e do contato com a natureza.

2. ESPAÇOS URBANOS PARA AS INFÂNCIAS

Afinal, qual é o papel do brincar nas cidades? Quais são os lugares das infâncias urbanas contemporâneas? Qual é o real potencial dos espaços públicos/lúdicos no desenvolvimento das crianças e de sua cidadania? Estes questionamentos orientam a pesquisa, que entende o brincar como atividade fundamental da infância - a própria essência da cultura infantil -, capaz de transformar o espaço vivido em espaço afetivo e em espaço de cidadania (VIGOTSKY, 2007).

O brincar é a expressão da criança, fundamental no seu desenvolvimento. Constitui sua primeira forma de aprendizagem, onde intervêm processos de criatividade, capacidade de racionalização e domínio da linguagem. Configura uma forma privilegiada e natural de explorar, conhecer o mundo e solucionar problemas, além de fomentar o desenvolvimento das estruturas cognitivas e simbólicas, faculdades físico-motoras, habilidades emocionais e dimensão social. Por meio do brincar, a criança estabelece relações com o outro, com objetos e com o lugar: cria um mundo à sua medida, com relações de igual para igual. O jogo - representação simbólica da realidade - está ligado tanto à diversão, evasão, fantasia e criatividade, como à adaptação ao meio, às relações sociais e à tradição cultural, à aprendizagem e aos processos de amadurecimento, e ainda à expressão de emoções (VIGOTSKY, 2007).

Na atualidade, cada vez mais o brincar é entendido como uma atividade antropológica - inata e inerente ao ser humano, com caráter universal (HUIZINGA, 2012) -, biologicamente herdada, essencial ao desenvolvimento dos sujeitos-crianças, e caracterizada como espontânea, prazerosa e livre. Brincar é um fim em si mesmo.

Entretanto, o brincar hoje é frequentemente relegado a um plano secundário. Nossa sociedade capitalista, pressionada pelo utilitarismo e pragmatismo das atividades econômicas, delineada por valores de produção e competitividade, demarca princípios tradicionais e conservadores como os mais "eficientes". A partir de objetivos educacionais, sociais, econômicos e políticos predeterminados, buscam sua "otimização" no acúmulo de conteúdos e reprodução acrítica de conhecimentos. Como consequência, o brincar é "racionalizado" e "modelado", visando a futura vida adulta e objetivos educacionais, sociais, econômicos e políticos, que desnaturalizam o próprio caráter lúdico e gratuito da brincadeira (LANSKY, 2012), ao mesmo tempo que desconsideram as necessidades e desejos da criança. Reflexo dessa atitude é a ausência e/ou precariedade de espaços públicos para o brincar livre no urbano.

Entendida como experiência compartilhada e socialmente construída, a instância "cidade" é uma realidade multifacetada que se apresenta como *lócus* da diversidade: um espaço físico carregado de identidade que se converte em um potencial espaço simbólico de construção e exercício da cidadania

(CASTELLS, 1998). Nesse contexto, os espaços públicos são elementos que dão suporte à vida em comum, nos quais ocorrem manifestações e conflitos, mas também encontros, intercâmbios, festas, vivências e aprendizagens.

Recuperando o questionamento anterior, quais são os lugares próprios das infâncias nas cidades (contemporâneas)? Ao tratar das relações entre a cidade e a criança, dos espaços a serem percebidos, explorados, sentidos e vivenciados pelas infâncias, é fundamental discutir a criação de espaços especializados, próprios para cada função e grupo social, surgidos com o urbanismo desenvolvido a partir do século XIX (LEFEBVRE, 2009). Esse tipo de planejamento criou os espaços públicos infantis², que tiveram as versões alemãs e norte-americanas como referência.

Sua origem remonta aos pátios dos *kindergarten* idealizados pelo pedagogo Friedrich Fröebel (1837) e difundidos na Alemanha por Emil Hartwight. Sua difusão foi favorecida pelos câmbios sociais da época e pelo avanço das teorias pedagógicas, corroborada a estreita relação entre brincadeira e aprendizagem. O termo *playground* surgiu em 1868, quando a médica Marie Zakrewska levou a ideia aos Estados Unidos, incorporando brinquedos a esses espaços (NIEMEYER, 2002). Ao longo do século XX, esse modelo de área infantil se disseminou por vários países do mundo. Décadas depois, nos anos 1960, Jane Jacobs (2000) corroboraria a necessidade de lugares seguros para as crianças, devido à sua “expulsão” das ruas/calçadas.

Já no Brasil, as primeiras áreas públicas infantis foram criadas em São Paulo nos anos 1930, com Mário de Andrade na direção do Departamento de Cultura. Tais espaços foram influenciados por ideais de cultura e cidadania para todos, pela Escola Nova³ e pelos princípios higienistas da época, que priorizavam aspectos físicos em prol da saúde; e surgiram em resposta à demanda de uma crescente população proletária, garantindo a crianças a partir de três anos a oportunidade de brincar, desenvolver atividades recreativas e socializar com seus pares. Contavam com uma variedade de aparelhos recreativos e de equipamentos voltados à prática da educação física (MIRANDA, 1941). O paradigmático programa paulista de Parques Infantis⁴ serviu de modelo para a disseminação desses espaços por todo o país, encontrados até os dias de hoje.

Oito décadas depois, é consenso que a sociedade e as cidades estão em constante transformação. É, portanto, imperativo que os espaços urbanos sejam flexíveis, adaptando-se e promovendo a conexão entre a cidade e os sujeitos-cidadãos - ao mesmo tempo, coibindo a atual tendência ao isolamento social. Grande parte dos adultos ainda recorda uma infância em que a rua/calçada era o lugar de encontro das crianças. Não se trata de um olhar saudosista que reflita o desejo de regressar a um tempo e a um espaço inexistentes, pois é fato que as infâncias são distintas na contemporaneidade, acordes com as transformações socioculturais. O que permanece, portanto, é a relevância/urgência de perceber as mudanças espaço-temporais e socioculturais para compreender suas consequências e as necessidades das infâncias urbanas contemporâneas.

No Brasil, observa-se que a intensificação do processo de urbanização experimentado nas últimas décadas - com crescimento exagerado de novas edificações e sem o devido acompanhamento de espaços livres, indispensáveis

² Neste artigo utilizam-se os termos “espaço público infantil” ou “espaço lúdico infantil” para designar as áreas concebidas e destinadas à infância, ao brincar ao ar livre. No Brasil, estas áreas podem receber diversos nomes, segundo regionalismos.

³ Surgido no final do séc. XIX na Europa, foi um movimento de renovação da educação inspirada nas ideias político-filosóficas de igualdade entre os homens e do direito universal à educação. A médica italiana Maria Montessori (1870-1952) foi uma das pioneiras da educação pré-escolar e da Escola Nova. No Brasil, via-se um sistema estatal de ensino público, livre e aberto, como o único meio efetivo de combate às desigualdades sociais da nação.

⁴ Os Parques Infantis de São Paulo deram origem aos Jardins de Infância, inexistentes no começo do século XX. Muitos desses parques foram assumidos pela Secretaria de Educação na década de 1970, com a implantação da educação Pré-Escolar (NIEMEYER, 2002), hoje denominada Educação Infantil.

ao equilíbrio da cidade -, ocorreu associado a problemáticas de trânsito, poluição, ruído e escassez de áreas para o lazer. Entretanto, em cidades de passagem, de áreas reduzidas, de locais privados e especializados, e de relações efêmeras, os espaços públicos livres - largos, praças, parques, espaços de jogos, etc. - têm perdido seu valor e potencial lúdico no cotidiano das crianças para os espaços privados e comerciais. A falta de investimento tornou o urbano pouco atrativo, com escassa oferta e qualidade de lazer e recreação, de espaços lúdicos, culturais, naturais e amplos, perdendo a dimensão do público como lugar de encontro, de convívio, de vivências, de aprendizagem, de jogos livres e brincadeiras, do contato com a natureza, tão importantes ao seu desenvolvimento e bem-estar bio-psico-social (MALHO, 2004).

Assim, a cidade contemporânea acaba sendo:

restritora da autonomia das crianças, mais limitadora dos espaços, mais ameaçadora da segurança, mais indutora de formas globalizadas de colonização pelo consumo, mais potenciadora das desigualdades (nomeadamente no acesso a espaços, a bens e a serviços urbanos) (SARMENTO, 2008, p. 4).

Nos últimos anos, as cidades vêm sofrendo as consequências de sua submissão ao mercado imobiliário e às grandes empresas. Os espaços públicos livres acabaram sendo “*simbolicamente recuperados, higienizados e tornados seguros na edulcorada, luminosa e atemporal cartografia urbana dos shoppings centers*” (GARCIA, 1996, p. 21). No contexto das grandes cidades brasileiras, observa-se que as crianças têm sua liberdade de movimentos reduzida, tolhidas na possibilidade de desenvolver suas formas particulares de perceber a cidade. Em prol de uma suposta segurança, tornam-se “reféns”, confinadas em espaços especializados, com tempos “privatizados”, condicionados e controlados por adultos: ambientes sem diversidade, que acabam por cercar a própria infância. Também o tempo espontâneo, do imprevisível, da aventura, do risco, do encontro com o meio natural, cedeu lugar ao tempo organizado, planejado, uniformizado (ALMEIDA, 2012).

Zygmund Bauman (2001) elucida que a atual “modernidade líquida” impõe uma relação “cambiante” entre espaço e tempo, caracterizada pelo esvaziamento do público, expansão do privado e aumento da segregação socioespacial, promovendo relações sociais, modelos culturais e práticas de cidadania distintas das tradicionais. Esta realidade nos impõe importantes questionamentos para a abordagem dos espaços urbanos, que assumem o consumo e a segregação como valores estruturantes.

Em uma inversão da lógica capitalista, vale retomar a proposta de Henri Lefebvre (2009) ao direito à cidade, à sociabilidade e ao encontro nos ambientes urbanos, optando por um modelo de urbanismo de integração:

O uso (o valor de uso) dos lugares, dos monumentos, das diferenças, escapa às exigências da troca, do valor de troca [...]. Ao mesmo tempo que lugar de encontros, convergência das comunicações e das informações, o urbano se torna aquilo que ele sempre foi: lugar do desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível (LEFEBVRE, 2009, p. 84-85).

Como evidencia Milton Santos (1996), pela sua organização e instrumentalização, o território urbano pode e deve ser usado para se alcançar

⁵ Podem ser consideradas exceções as cidades litorâneas, como Vitória, onde as praias também são espaços para o brincar.

um projeto social igualitário. Nesta linha de pensamento, destaca-se a defesa de uma cidade para todos, compreendendo que a vida urbana não se restringe a seus limites geopolíticos e espaciais, e que, infalivelmente, deve incluir as dimensões sociais, e, portanto, a necessidade e urgência de democratizar o acesso ao lúdico a todas as crianças, sem distinção socioeconômica - onde o público deixa de ser “espaço de ninguém” para ser “espaço de todos”.

Uma política pública de equipamentos lúdicos deve assumir, também, um papel de redução das desigualdades sociais e econômicas. Tanto a formação das elites quanto a da marginalidade não se explicam apenas pelas oportunidades de educação, de saúde e de acesso ao trabalho. Explicam-se, também, pelas oportunidades de brincar (GARCIA, 1996, p. 121).

O potencial dos espaços urbanos/lúdicos no desenvolvimento das crianças é extraordinário, apesar de muitas vezes desvalorizado. Promover às crianças o direito à cidade, à vida urbana e ao lazer, através do direito de brincar no espaço público, desempenha um papel fundamental na reprodução da vida social, fortalece os vínculos comunitários, contribuindo para a construção da cultura infantil, além de ser uma importante ferramenta para forjar uma cultura de paz e a construção de uma nova cidadania. Conectada à sua comunidade, através dessas vivências, ela desenvolve sua autoestima e autonomia como autora de transformações, tornando-se capaz de interferir positivamente no desenvolvimento futuro da cidade.

Inscritas nos lugares e fortalecidas por eles, as crianças tornam-se “outro” - cidadãs -, através da vivência do espaço urbano, do encontro com o diferente e a diversidade, das complexas relações sociais e culturais ali desenvolvidas. A apropriação lúdica dos espaços cria a sensação de segurança, o vínculo de identidade, o pertencimento e o elo de afetividade. Tais espacialidades são constantemente transformadas e ressignificadas, uma vez que o espaço depende das ações que acolhe e o valor das ações e práticas sociais depende do espaço onde se desenvolvem. Ocorre então a construção social do espaço e a construção espacial das práticas sociais (LEFEBVRE, 2013; SANTOS, 2006).

De fato, a cidadania é um princípio que pretende encarnar os valores de liberdade, equidade, justiça, diversidade, tolerância, respeito e participação na vida democrática (LOUREIRO, 2010). Essa cidadania, não como um dado natural, mas como uma aprendizagem fundamentalmente social, pode tornar-se um estado de espírito, enraizado na cultura (SANTOS, 1996). Talvez seja ainda mais acertado entender a cidadania não como um dado natural, tampouco como aprendizagem, mas como um conceito a ser construído, ao mesmo tempo, de modo individual e coletivo.

Como se percebe, os espaços públicos se tornaram a única possibilidade de relações e interações sociais, de jogos e brincadeiras ao ar livre para as crianças da maior parte das grandes cidades⁵. Isso lhes confere um papel relevante e os converte em uma necessidade, cujo planejamento requer um estudo detalhado. A função dos espaços públicos infantis é - ou deveria ser - fomentar o bem-estar e o desenvolvimento integral através do brincar ao ar livre, em contato com a natureza, unindo seus benefícios de saúde, lazer, cultura, educação, socialização e cidadania.

O espaço lúdico público:

deve agir sobre as suas privações socioeconômicas, afetivas, físicas, de natureza, do tempo livre e, ao mesmo tempo, tentar atenuar seu caráter de dependência e falta de autonomia. Deve, ainda, buscar rupturas com o cotidiano massificado, morno, consumista e estereotipado ensejado pela indústria cultural e pelos meios de comunicação. [...] os novos espaços lúdicos necessitam assumir um ar provocativo, ser capazes de instigar a curiosidade e suscitar desafios na criança (GARCIA, 1996, p. 28).

Deve possibilitar o brincar com um alto nível de interatividade, onde todos seus elementos suscitem na criança uma forte atração em serem experimentados: tocados, manipulados, escalados ou percorridos. Deve estar aberto a uma variedade de interpretações e incluir uma diversidade de desafios, evitando ser demasiado neutro ou escultural. Deve ser dinâmico, vivo, “brincável” (LIMA, 1989).

⁶ Segundo dados do IBGE, 2015-2016.

3. VITÓRIA-ES E OS ESPAÇOS PÚBLICOS DO BRINCAR

No caso de Vitória (+/- 358.875 habitantes; 96,5 km²)⁶, capital do Espírito Santo e objeto empírico deste trabalho quanto aos espaços públicos infantis, vale compreender seu contexto físico-geográfico e socioeconômico. A cidade evidencia forte relação com o mar, com sua paisagem litorânea e morros rochosos - referências espaciais e culturais para sua população. Além de considerar que grande parte do município conforma a ilha de Vitória, geograficamente, cabe destacar o Maciço Central, os mangues e os sucessivos aterros, que contribuíram para a atual diversidade e segregação socioespacial da cidade.

Vitória foi um dos primeiros núcleos urbanos fundados no país, datado de 1551. No entanto, até a década de 1970 sua conformação se manteve equilibrada. A partir de 1970-1980 se estabeleceu como importante centro siderúrgico-industrial exportador e polo atrativo de mão de obra, com consequente intensificação de seu crescimento urbano. A cidade, que até então conservava sua conformação de vila colonial, expandiu-se com a fixação de uma classe média qualificada na zona Leste e com uma população de baixa renda nas regiões Oeste-Noroeste-Norte, originária principalmente do mercado informal. Muitos dos bairros populares surgidos nesse período às margens da baía que contorna a cidade de Vitória são fruto de invasões e ocupações de aterros de lixo sobre o manguezal (ALMEIDA; GOBBI, 1983).

A partir da década de 1990, a urbanização da orla, com remoção de palafitas e instalação de deques, calçadas, ciclovia, parques, praças, campo de futebol e/ou quadra poliesportiva e mirantes, modificou significativamente a vida das comunidades da Baía Noroeste. Atualmente, ainda que caracterizada pela população de baixa renda e com elevado índice de violência, a região é constituída de bairros urbanizados, com presença de espaços públicos de lazer.

Quanto aos espaços e equipamentos públicos, observa-se uma inegável desigualdade na oferta e distribuição pelo território da cidade. No caso das áreas lúdicas, além da escassez próximo às praias e maciços, enquanto a orla

Figura 1: Espaços públicos infantis, Vitória, ES, Brasil.
Fonte: <http://google.com.br>
(elaborado pela autora), 2016.



Leste possui alto nível de qualidade de vida e diversos espaços e equipamentos de lazer e cultura há mais tempo, a orla Noroeste, voltada para a baía de Vitória e para o manguezal, é marcada por grandes disparidades econômicas e sociais, onde o poder público esteve distante por décadas em relação à promoção desses equipamentos públicos, inclusive para a infância (SARTÓRIO, 2015).

⁷ Realidade que também pode ser observada em cidades pequenas.

Considerando localização, abrangência de atendimento, articulação com o entorno urbano e diversidade de equipamentos, constata-se a escassez na qualidade dos espaços públicos projetados para a infância de Vitória, limitando-se a mínimos - de forma mais acentuada na zona Oeste-Noroeste do município -, e que são utilizados com maior frequência no final da tarde e nos fins de semana. Como alternativa a essa realidade deficitária, através da criatividade e adaptação ao ambiente e aos meios, as comunidades encontram outros modos de apropriação do espaço público.

Em função do clima tropical com altas temperaturas durante todo o ano e devido à escassez de vegetação, há uma clara preferência da população infantil pelas áreas sombreadas, mesmo sem qualquer equipamento de apoio, em detrimento de praças equipadas próximas, mas sem vegetação (MENDONÇA, 2007; FORNACIARI, 2011). Nesse sentido, evidencia-se a inadequação dos programas de necessidades - muito semelhantes entre si - e das soluções ambientais utilizadas pela prefeitura de Vitória.

Quanto ao uso da rua, como regra geral, seu caráter multifuncional tem sido perdido: brincar na rua é uma atividade em vias de extinção na maior parte de Vitória. No entanto, ainda é apropriada de forma criativa pela população de bairros populares⁷ para o lazer, a recreação e o brincar infantil. Estudos verificaram essa preferência das famílias, uma vez que brincando na rua, próximas de casa, sob o olhar dos parentes e vizinhos, as crianças estariam mais protegidas do que em espaços específicos de lazer, uma vez que estes estão afastados das moradias (MENDONÇA, 2007; FORNACIARI, 2011). Áreas menos movimentadas - rua, calçada, beco, quintal, terreno baldio, campinho de futebol, ou praia - oferecem possibilidades de invenções, aventuras,

Figura 2: Rua do Aterro, Bela Vista, Baía Oeste de Vitória.
Fonte: Acervo da autora (2016).



experiências, com brincadeiras tradicionais, criação de brinquedos, desfrute do meio natural e socialização (FREIRE, 2014).

Por outro lado, sobretudo na zona Noroeste, a atual degradação ambiental - assoreamento e poluição das águas, esgoto lançado diretamente no mangue e aterros demandados pela urbanização - acabam por configurar barreiras e induzir mudanças nas práticas lúdicas, como a perda de importância de brincadeiras próximas e dentro do mangue (FREIRE, 2014). Também na zona Leste de Vitória, grande extensão das suas praias são impróprias para banho, restringindo-se significativamente como área de lazer infantil.

A pesquisa identificou a existência de 95 áreas infantis no município, distribuídas em praças (85%) e parques (15%), sendo onze espaços municipais e um parque privado de uso público. No entanto, apesar de consideradas como áreas infantis, quatro delas caracterizam-se pelo abandono e ausência de qualquer equipamento. Desse modo, encontramos em Vitória 91 áreas lúdicas e a proporção de uma para cerca de 3.943 habitantes, ou de uma para cada grupo de cerca de 650 crianças⁸ e para cada 0,94 km² do seu território. Ainda que encontradas em praticamente todos os parques e/ou bairros de Vitória, percebe-se a distribuição irregular dos espaços lúdicos infantis pelo território da cidade, com escassez próximo às praias e maciços rochosos.

Foram analisados detalhadamente 18 espaços infantis, com tipologias variadas, distribuídos pela cidade. O trabalho de campo constou de visitas às áreas lúdicas com observação, anotações, registros fotográficos e audiovisuais, entrevistas com usuários (crianças e adultos) e levantamento de características e aspectos físicos, uso e apropriação dos espaços (localização, entorno, acessibilidade, cercamento, permeabilidade, iluminação, vegetação, piso, microclima, mobiliário, equipamento lúdico, estado de conservação, horário de funcionamento, usuários).

A grande maioria dos espaços lúdicos de Vitória - 80% do total - praticamente se restringe à mesma fórmula encontrada há cerca de oitenta anos no Brasil:

⁸ Cálculo feito segundo dados da população infantil em Vitória, ES, Brasil [http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?codmun=320530].



Figura 3: Praça Dom João Batista, São Pedro, Vitória.

Figura 4: Parque Moscoso, Centro, Vitória.

Figura 5: Parque Pedra da Cebola, Mata da Praia, Vitória.

Fonte: Acervo da autora (2016).



parques estandardizados, com configuração e brinquedos tradicionais, cercadas com alambrado e solo de areia. Os brinquedos - escorregador, balanço, trepa-trepa, gangorra de ferro tubular -, despersonalizados, funcionais e monótonos, possuem materiais e formas rígidas e estereotipadas que não estimulam a curiosidade e a imaginação infantil. Restringem o brincar, com movimentos repetitivos, pouca liberdade para exercitar a criatividade e expandir suas habilidades.

Conclui-se que, apesar de encontradas em praticamente todos os bairros de Vitória, as áreas lúdicas são bastante precárias. Sem identidade própria, com espaços reduzidos, a presença de elementos da natureza é abreviada, assim como escasseia a qualidade ambiental. Possuem pouca variedade de equipamentos, pisos e materiais, cores e texturas, e carecem do convite à brincadeira, à fantasia e à interação e ao brincar coletivo. Costumam apresentar problemas de comodidade, manutenção e segurança, com riscos potenciais de quedas e golpes aos pequenos usuários. Ademais de distantes das áreas residenciais e de instituições escolares, seu acesso é restrito por controles e horários. Na prática, são utilizadas principalmente nos finais de semana. A faixa etária abarcada por seus equipamentos lúdicos é bastante limitada (aproximadamente 4-7 anos), ficando excluídas as demais crianças e as que apresentam necessidades especiais. Deste modo, ainda que tenham função socializadora, estes espaços ficam muito aquém no que se refere ao seu potencial lúdico e de desenvolvimento integral.

⁹ O Parque Botânico da Vale é um caso à parte por ser um parque privado de uso público e acesso gratuito. Curiosamente, é o espaço lúdico que mais recebe visitas das escolas infantis municipais.

Observou-se que, apesar de não apresentar significativa defasagem quantitativa se comparada a outras capitais brasileiras, os espaços infantis de Vitória têm importantes problemas de ordem qualitativa. A exceção é feita a áreas lúdicas, como por exemplo: Praça da Ciência (Enseada do Suá), Praça Luis Coser Filho (Itararé), Parque Tancredo de Almeida Neves “Tancredão” (Mário Cypreste) ou Parque Botânico da Vale⁹ (Jardim Camburi), que se destacam por suas tipologias diferenciadas e atrativas.



Figura 6: Parque Botânico da Vale, Jardim Camburi, Vitória.

Figura 7: Praça da Ciência, Enseada do Suá, Vitória.

Figura 8: Praça Saudável Tancredo de Almeida Neves (“Tancredão”), Mário Cypreste, Vitória.

Fonte: Acervo da autora (2016).



Finalmente, cabe pontuar que apesar da existência de deficiências, a população infantil solicita às famílias utilizar esses espaços públicos, frequenta-os e desfruta deles independentemente de sua qualidade enquanto equipamento lúdico. Essa consciência quanto aos espaços lúdicos locais ficou evidenciada pelas observações e falas dos sujeitos-crianças ouvidas em entrevistas realizadas *in situ*.

Entretanto, existe uma situação paradoxal: por um lado, observa-se uma preocupação por parte da Prefeitura Municipal com a criação de novas áreas infantis e sua requalificação na última década - o que também revela uma tendência de valorização dos espaços lúdicos e, conseqüentemente, de interesse do poder público com o presente e futuro da infância capixaba. Por outro, áreas lúdicas novas ou recém requalificadas continuam recebendo o mesmo equipamento tradicional.

Sendo Vitória signatária da Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE)¹⁰, vale enfatizar o conceito de Cidades Educadoras, que busca a participação social, inclusão e igualdade de oportunidades nas cidades.

“Cidades educadoras” são aquelas transmissoras de informações e cultura, que propiciam reinvenções e a resignificação dos seus espaços (ALDEROQUI, 2003), valorizam as aprendizagens não formais e assumem um papel ativo na educação e formação de crianças, jovens e adultos. Assim, uma cidade que conta com um projeto urbano estruturado, com espaços públicos adequados, educa ao garantir o acesso e a qualidade de seus serviços. Ao mesmo tempo, contribui para a construção de uma cidade mais democrática e segura, mais agradável e acolhedora, mais humana, dando margem crescente de responsabilidade e autonomia a todos os seus cidadãos, inclusive e especialmente às crianças.

¹⁰ Surgida em Barcelona em 1990, a AICE conta hoje com cerca de 500 cidades, incluindo 14 cidades brasileiras [www.edcities.org].

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações urbanas ocorridas nas últimas décadas - a exemplo de Vitória -, criaram cidades com escassez de espaços lúdicos infantis. Cada vez mais o privado substitui o público através da lógica da economia e do consumo, enquanto o poder público instala infraestruturas, espaços e equipamentos mínimos de lazer e cultura, ou educação infantil não-institucionalizada, em uma análise quantitativa e qualitativa, com áreas mal localizadas, mal planejadas e mal equipadas. Estes, salvo raras exceções, promovem predominantemente o brincar individual e apresentam propostas obsoletas.

De modo muito semelhante à realidade de tantas outras cidades do país (BORGES, 2008), o estudo dos espaços lúdicos de Vitória, revela que nossas cidades ainda têm um longo caminho por diante na promoção da atenção às crianças, através da oferta de espaços e equipamentos de brincar adequados à infância do século XXI. Neste contexto, vale refletir acerca das possíveis vias de construção de uma cidade mais humana, por meio da democratização do acesso ao lazer e à cultura. A resposta para estes problemas está na nossa capacidade como conjunto, como sociedade, de construir um novo modelo de cidade que permita resgatar as parcelas de cidadania perdidas das mãos dos atores e as regras de jogo da economia e suas lógicas acumulativas. Trata-se de inverter - de subverter - a situação e colocar a cidade, seus espaços e equipamentos, ao serviço de um projeto de cidadania que inclua especialmente as infâncias: trata-se de criar territórios do brincar.

No ritmo de vida das grandes cidades brasileiras, é importante considerar a limitação não só de espaço, mas também de tempo para o lazer infantil - que geralmente se restringe aos finais de semana -, em um cotidiano repleto de compromissos. Verifica-se que a grande maioria dos espaços infantis não possui relação de proximidade com escolas e estão desconectados das residências por ruas de tráfego de veículos. Para contornar essas limitações e conseguir que o brincar faça parte do cotidiano, em termos urbanísticos e paisagísticos, vale recorrer à implantação dessas áreas lúdicas próximas às moradias ou contíguas a escolas públicas de ensino infantil e/ou fundamental, facilitando a logística e seu uso diário, após o horário escolar.

Ademais, outros fatores influenciam essa dinâmica urbana e sociocultural, e deveriam ser repensados: -sentimento de insegurança urbana; -significativas diferenças socioeconômicas; -espaços domésticos/residenciais amplos nos bairros de maior poder aquisitivo; -inadequação entre horários laborais e escolares (inexistência de horário escolar integral no sistema público); -baixa qualidade lúdica dos espaços infantis; etc. Esse conjunto de fatores conflita com o desenvolvimento de uma cultura de espaços públicos, que, se superado, contribuiria para fomentar um maior uso das áreas lúdicas e a construção de uma nova cidadania infantil.

Como planejadores, devemos considerar que na (re)qualificação dos ambientes urbanos, é necessário recuperar não somente os espaços residuais e intersticiais para todos, para a própria cidade, mas principalmente criar novos espaços lúdicos integrados e articulados no tecido urbano, com o entorno e a paisagem, criando vitalidade urbana e propiciando encontros, vivências, participação e interação. Deste modo, fomenta-se um câmbio cultural, no qual

o espaço lúdico deixa de ter um uso esporádico e cria-se um hábito cotidiano, a partir da oferta de ambientes públicos infantis renovados.

Nesse intuito, os espaços lúdicos devem ser planejados não em função dos pais ou do interesse dos adultos, mas segundo as necessidades e subjetividades daqueles que utilizarão o espaço: as crianças. Esse processo implica conhecer a fundo a comunidade, uma vez que deve ser fruto de um planejamento que realmente seja capaz de atrair a infância e sua família, através de soluções complexas e estimulantes. Seu projeto deve ser especialmente desenvolvido para o local onde será inserido e para a comunidade que atenderá. Levando em consideração as características físicas do local, as necessidades, interesses e desejos dos futuros usuários, haverá mais possibilidades de ser aceito, valorizado e apropriado.

É urgente romper as barreiras arquitetônicas e urbanísticas do entorno e proporcionar espaços para a vivência da cidade, do coletivo, onde as crianças - tanto das classes mais altas quanto e, principalmente, as populares - possam brincar com liberdade, em segurança, e ter espaços próprios, acessíveis e de qualidade. Neste sentido, é difícil idealizar um ambiente mais saudável, rico e estimulante, para despertar a curiosidade e a imaginação infantil, do que um espaço urbano acessível e inclusivo, com a presença da paisagem e da natureza: areia, terra, árvores, flores, animais, água, sol, sombra e vento, relevos, texturas, cores, sons e aromas, e, ainda, equipamentos lúdicos de qualidade (DIAS; FERREIRA, 2015). Pode ter desníveis, cantos e recantos, contrastes, áreas ensolaradas e sombreadas, brinquedos coletivos que fomentem as interações criança-criança e com o meio ambiente, que suscitem nas crianças forte interesse de tocá-los, manipulá-los, escalá-los, conhecê-los e que as obriguem a se organizarem mutuamente (OLIVEIRA, 2004).

É fundamental ainda entender que as áreas lúdicas públicas podem ser diferentes das generalizadas pelo Brasil afora, sem um custo necessariamente maior. Basta dedicar conhecimento, interesse e criatividade ao seu planejamento, conformando espaços mais estimulantes para a diversidade das infâncias urbanas brasileiras. A pesquisa, o cuidado e o respeito pelas singularidades socioculturais das comunidades, aliados às características do seu entorno e paisagem, podem ser a chave para a criação de espaços que preservem sua identidade cultural e garantam sua apropriação. Por limitadas que sejam as condições econômicas, convém não subestimar as possibilidades da futura área infantil, já que intervenções mínimas podem favorecer excelentes experiências lúdicas.

Recuperando a conexão entre criança, espaço público e cidade, será possível uma transformação lúdica, onde o brincar é o motor ativador das interações entre sujeito-criança e espaço-cidade, enriquecendo sua bagagem sensorial, emotiva e contextual (MARTÍNEZ, 2013). Nessa concepção dinâmica da paisagem como vivência, os sujeitos interagem, modificam suas trajetórias, articulando-se no espaço fenomenológico e existencial do urbano.

Assim, quando adequadamente planejados, não somente quanto à qualidade de seu projeto, mas também quanto à sua localização e articulação com o meio urbano, os espaços lúdicos geram o hábito de uso por famílias e sua apropriação pelas crianças¹¹. Passam a ser espaços vividos pela infância, plenos de significado, que criam identificação e uma nova identidade a partir do

¹¹ Muitos parques e áreas infantis, assim como a praia, são também utilizados para a celebração de aniversários das crianças.

sentimento de pertencimento. Como consequência, verifica-se tanto a construção de uma cidadania infantil para uma sociedade que se quer mais harmônica, democrática e responsável, quanto o desenvolvimento integral das crianças, reinventando sua infância no aqui-agora.

REFERÊNCIAS

- ALDEROQUI, S. S. La ciudad: un territorio que educa. *Caderno CRH*, v.16, n.38, p.153-176. Salvador, jan./jun. 2003.
- ALMEIDA, A.; GOBBI, H. *Lugar de toda pobreza*. Vitória: Unigrafic, 1983.
- ALMEIDA, M. T. P. *O Brincar das crianças em espaços públicos*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2012. Tese de Doutorado em Didáctica y Organización Educativa.
- ARIÈS, P. *História Social da Infância e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BORGES, M. M. F. C. *Diretrizes para projetos de parques infantis públicos*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90896>>. Acesso em 27 mar. 2018.
- CASTELLS, M. Espacios públicos en la sociedad informacional, In: SUBIRÓS, P. (Ed.). *Ciutat real, ciutat ideal. Significat i funció a l'espai urbà modern*. *Urbanitats*, n.7, Centro de Cultura Contemporànea de Barcelona, Barcelona, 1998.
- DEBORTOLI, J. A. O.; MARTINS, M. F. A.; MARTINS, S. (orgs.). *Infâncias na Metrópole*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- DIAS, M. S.; FERREIRA, B. R. Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.17, n.3, p.118-133, set./dez. 2015. doi: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2015v17n3p118>
- FORNACIARI, D. Z. *A (Re)Invenção dos Espaços Públicos: O Lazer em Vitória (ES)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/handle/10/4401>>. Acesso em 27 mar. 2018.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FREIRE, A. L. O. Espaços públicos de lazer na infância: sobre as limitações das atividades lúdicas na cidade. *Revista Caminhos de Geografia*. V.15, n.50 (2014), p.01-17.
- GARCIA, E. B. Ação cultural, espaços lúdicos e brinquedos interativos. In: MIRANDA, D. S. (Org.). *O parque e a arquitetura: uma proposta lúdica*. São Paulo: Papirus, 1996.
- HUIZINGA, J. *Homo ludens*. Madrid: Alianza Editorial, 2012.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LANSKY, S. *Na cidade, com crianças*. Uma etno-grafia especializada. 2012. 302p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/BUOS-8UQJDD>>. Acesso em 27 mar. 2018.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2009.
- LEFEBVRE, H. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing, 2013.
- LIMA, M. S. *A Cidade e a Criança*. São Paulo: Nobel, 1989. Coleção Cidade Aberta.
- LOUREIRO, A. S. S. *A cidade também é nossa: jardim-de-infância, espaço urbano e educação para a cidadania*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia da Infância) – Universidade do Minho, Braga, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1822/14591>>. Acesso em 27 mar. 2018.
- MALHO, M. J. A criança e a cidade: independência de mobilidade e representações sobre o espaço urbano. In: V CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA. *Sociedades contemporâneas: reflexividade e ação*. 5, 2004, Lisboa. *Actas...* Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2004. p.49-56.

- MARTÍNEZ, V. N. Playgrounds en el Siglo XXI. Una reflexión sobre los espacios de juego en la infancia. *Arquitectonics: mind, land & society*, nº25, 2013. p.189.
- MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v.7, n.2, p.296-306. Rio de Janeiro: UERJ, ago. 2007.
- MIRANDA, N. *Origem e Propagação dos Parques Infantis e Parques de Jogos*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1941.
- NIEMEYER, C. A. C. *Parques Infantis de São Paulo. Lazer Como Expressão de Cidadania*. São Paulo: Anna Blume/Edusp, 2002.
- OLIVEIRA, C. *O Ambiente Urbano e a Formação da Criança*. São Paulo: Aleph, 2004.
- POSTMAN, N. *O desaparecimento da Infância*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1999.
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1996.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, EDUSP, 2006.
- SARMENTO, M. J. (org.). *3C – Crianças, Cidades, Cidadania*. Braga: Universidade do Minho, IEC, 2008.
- SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: SARMENTO, M. J.; CERISARA A. B. (orgs.). *Crianças e miúdos: Perspectivas sociais pedagógicas da infância e da educação*. Porto: ASA, 2004.
- SARMENTO, M. J.; FERNANDES, N.; TOMÁS, C. Políticas públicas e participação infantil. *Revista Educação, Sociedade & Culturas*, n.25, p.183-206. Porto: Universidade do Porto, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1822/36753>>. Acesso em 27 mar. 2018.
- SARTÓRIO, F. D. V. *Lazer, cidadania e desigualdade: um estudo sobre Vitória-ES*. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/handle/10/1487>>. Acesso em 27 mar. 2018.
- VIGOTSKY, L. S. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Nota da Autora

A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, contou com o apoio da CAPES/CsF, supervisão da Dra. Eneida Maria Souza Mendonça e colaboração da bolsista Bruna Ramos Ferreira, psicóloga e graduanda em Pedagogia (UFES).

Nota do Editor

Data de submissão: 29/02/2016

Aprovação: 30/05/2017

Revisão: Marina Simone Dias

Marina Simone Dias

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, ES.
marinasimonedias@hotmail.com